
Rádio Ensino, Pesquisa e Extensão: Em busca de um modelo de radiodifusão universitária¹

Ciro José Peixoto PEDROZA²
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN

RESUMO

Desde a instalação, há quase setenta anos, em Porto Alegre, da primeira emissora de rádio vinculada a uma instituição de ensino superior, a Rádio da Universidade, e até aos dias atuais, quando já existem mais 80 de emissoras universitárias no Brasil, operando canais de AM e FM, ainda resiste uma indefinição sobre o que caracteriza esse tipo de radiodifusão. Por falta de uma regulamentação específica, a radiodifusão universitária têm sido enquadrada como rádio educativa, o que não traduz seu conjunto de competências e gera ainda mais dúvidas. Com o presente artigo, pretendemos promover um debate sobre o papel dessas emissoras no contexto da universidade, questionando seu papel como difusoras de conhecimento e espaço propício para a formação, a partir do diálogo com os cursos de Comunicação Social, das IES às quais estão vinculadas.

PALAVRAS-CHAVE: Radiodifusão universitária; rádio educativo; rádio público.

Vinheta de abertura

Do ponto de vista técnico, tecnológico e de linguagem, todas as emissoras de rádio, em qualquer lugar do mundo, são iguais perante o dial. Na prática, o que diferencia uma emissora da outra é o seu modelo de gestão, o público alvo buscado por sua programação e seu campo de atuação. No caso brasileiro, as emissoras de rádio estão reunidas, segundo o artigo 223 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), entre os sistemas de radiodifusão comercial, estatal e público. A partir da promulgação da Lei nº 9.612/1998, esses três sistemas ganharam a companhia de um quarto, o da radiodifusão comunitária. Passadas três décadas da promulgação da chamada Constituição Cidadã, os sistemas de radiodifusão comercial e estatal ainda não dispõem de lei que lhe regulamentem, mas existem de fato, enquanto o sistema de radiodifusão pública nunca saiu do papel e ainda gera muita discussão sobre as intenções do constituinte ao incluí-la na nossa Carta Magna.

¹ Trabalho apresentado no GP Rádio e Mídia Sonora, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutor em Estudos da Linguagem (UFRN) e Mestre em Jornalismo pela ECA-USP, e-mail: ciropedroza@uol.com.br.

Abrigadas no sistema da radiodifusão educativa, nos moldes do previsto no Decreto-lei nº 236, de 1967, as emissoras vinculadas a instituições de ensino superior existem no Brasil desde 1950, quando se instalou em Porto Alegre a Rádio da Universidade, ligada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FERRARETTO, 2000). Desde então, mais de cem emissoras se instalaram no país, sob a tutela de universidades públicas e privadas, ocupando canais de AM e de FM e a internet, constituindo um campo específico de radiodifusão que ainda não possui qualquer abrigo na legislação que regulamenta o funcionamento de emissoras de rádio no país, sendo qualificada como rádio educativa, embora apresente "características próprias que ampliam seu escopo para além do rádio educativo" (KISCHINHEVSKY, MUSTAFÁ, PERANTI e HANG, 2018, p.134).

Em nível mundial, as rádios universitárias existem desde 1917, ano em que as universidades de Detroit, Pittsburg e Wiscosin, nos Estados Unidos, iniciaram uma série de experimentos no campo da física e da engenharia elétrica para a transmissão de sons à distancia. A radiodifusão universitária, tal qual conhecemos hoje, porém, só começou a existir a partir 1921, quando foi concedida pelo governo a primeira licença autorizando o funcionamento de uma emissora de rádio vinculada à Latter-day Saints College, de Salt Lake City (MARTIN-PENA; PAREJO CUÉLLAR; VIVAS MORENO, 2016). Dois anos depois, instalam-se na Argentina as primeiras rádios universitárias da América Latina: na Universidade de La Plata, em Buenos Aires; e na Universidade Nacional do Litoral, na Província de Santa Fé (MARTA-LAZO; PENA, 2014).

Em 1933, foi a vez da Colômbia e, quatro anos depois, das emissoras vinculadas a universidades no México e no Chile. A primeira emissora universitária brasileira instalou-se em 1950, dez anos antes da chegada dessas emissoras à Europa, inicialmente na Inglaterra e na França. Na Espanha e na Alemanha, elas só chegaram nos anos 1980 (MARTA-LAZO; PENA, 2014). Na academia, a radiodifusão universitária tem despertado o interesse de muitos pesquisadores (CONTRERAS-PALUDO; AGUADED, 2018)

Ensino, pesquisa e extensão

Entre os tantos temas de interesse da vida nacional tratados pela Constituição Federal de 1988, está expressa em seu artigo 207 a garantia às universidades brasileiras

de “autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial”, orientada pela obediência “ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988). É sobre esse tripé que se sustenta a universidade brasileira, cuja missão é produzir conhecimento, por meio da pesquisa, compartilhá-lo pela via do ensino e devolver à sociedade, pela janela da extensão – em forma de obras, estudos e serviços –, os avanços e conquistas produzidos em seus centros de pesquisa. Essa conformação é confirmada Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Federal nº 9.394/1996), que reconheceu as universidades como “instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano” (BRASIL, 1996).

Ideal a ser perseguido e reproduzido em todas as instâncias de uma universidade - pública, privada ou de outra natureza - o ensino, a pesquisa e a extensão constituem um espaço de convergência multicultural, que “debe establecerse como un sitio de estudio y difusión de las diferentes manifestaciones sociales y culturales, debe ser centro y espacio de procesos de participación y democracia (es ésta una de las lógicas que legitima su trabajo)”³, conforme Huérfano (2001, p. 64). Assim, ao estarem vinculadas a uma instituição de ensino, pesquisa e extensão, as rádios universitárias também devem reproduzir em sua programação essa diversidade, inserindo-se na vida da instituição e da comunidade em torno dela, sem deixar de cumprir a missão institucional da universidade de produzir conteúdos que transcendam o acadêmico e contemplem, de forma autônoma, mas não independente, “como un componente fundamental que no puede ser dissociado del papel de medio de comunicación”⁴ (DIDO; BARBERIS, 2006, p. 13), as áreas culturais e sociais, a pesquisa e a extensão.

Como parte de uma instituição de ensino superior, as rádios universitárias devem priorizar os vínculos institucionais com os demais órgãos da universidade a qual pertence e transformar seus integrantes em fontes que alimentem sua produção de conteúdos com informações inteligentes e interessantes, considerando-se o fato de que

si la universidad cuenta con una amplia gama de carreras y cursos, dispone allí de un extenso depósito latente de contenidos que la emisora tiene que utilizar. No se trata de una exclusividad. Contenidos originados en otras fuentes formarán

³ “Deve estabelecer-se como um local de estudo e difusão das diferentes manifestações sociais e culturais, deve ser centro e espaço de processos de participação e democracia (e é essa uma das lógicas que legitima o seu trabalho)”. (tradução livre nossa)

⁴ “como um componente fundamental que não pode se dissociar do papel de meio de comunicação”. (tradução livre nossa)

parte igualmente de los programas. Pelo los principales, los que definan un campo simbólico de difusión, serán aquellos que procedan de la propia institución ⁵(DIDO; BARBERIS, 2016, p. 13).

Para cumprir esse seu mister, as rádios universitárias precisam assumir o papel de protagonistas na definição de suas estratégias, respeitando as linhas de atuação da instituição às quais estão vinculadas, agindo proativamente, orientadas pelo princípio da autonomia universitária que lhes garante imunidade à pressão externa da política, normalmente exercida pelo governante de plantão sobre as empresas de radiodifusão. No âmbito interno das universidades, é preciso que essas emissoras demonstrem claramente que

no constituyen un apêndice acadêmico de la institución educativa ni un complemento para asistir alguna de sus funciones, sino que se trata de una entidad integrada como factor necesario para el desarrollo de las funciones esenciales que se asignan a la universidad⁶ (DIDO; BARBERIS, 2006, p. 9).

Saber fazer + ensinar fazer

As rádios universitárias devem se constituir em um espaço dedicado ao ensino-aprendizado de conteúdos gerais e específicos, à pesquisa e à experimentação e servir de porta de acesso da comunidade à universidade. Esse compromisso com o fazer acadêmico constitui-se em uma marca que diferencia uma rádio universitária das demais emissoras e, “na relação com seus públicos, funcionam como veículos do saber científico, cultural, político, filosófico, musical e verbal produzido dentro da Universidade” (DEUS, 2003, p. 8), que disputam espaços com outras emissoras comerciais ou não comerciais. e, internamente, com outros meios da chamada mídia universitária.

Como meios de comunicação de massa, as rádios universitárias devem cumprir uma agenda de relacionamento com a sociedade que ultrapasse os limites da universidade, atuando no meio social em que se encontram, falando a mesma língua do

⁵ Se a universidade tem uma ampla carteira de cursos, ela já tem um manancial de conteúdos que a emissora tem que utilizar. Não se trata de uma exclusividade. Conteúdos produzidos por outras fontes também serão utilizados na programação, mas os principais devem ser aqueles que delimitam um campo simbólico de difusão, provenientes da própria universidade. (tradução livre nossa)

⁶ Não constituem um apêndice acadêmico da universidade, nem um complemento de algumas de suas funções, mas se trata de uma entidade integrada essencial para o desenvolvimento das funções essenciais da universidade. (tradução livre nossa)

povo e se colocando “em condições de serem utilizados pela sociedade”, como um “canal de expressão da sociedade” (DEUS, 2003, p. 8), exercendo,

por una parte, una clara función de divulgación del conocimiento que se genera en las casas de estudios y de visibilización de los actores universitarios así como un fuerte compromiso con la educación y el aprendizaje, y, por otra parte, una función de servicio público y un compromiso social⁷ (Casajús, Giorgi e Giorgi, 2018, p. 83).

Assim sendo, as rádios vinculadas a universidades devem se constituir em um espaço de aprendizado distinto daquele “dominado, en la mayoría de los casos, por un saber-hacer empírico, desvinculado de la reflexión teórico-conceptual⁸” (HUÉRFANO, 2001, p. 67), que se limitam ao ensino das técnicas e do fazer radiofônico pela simples repetição de exercícios práticos, sem a consequente e necessária reflexão, reproduzindo cópias malfeitas das fórmulas e dos formatos consagrados pela radiodifusão comercial.

Essa postura exigida das rádios universitárias não deve “invalidar la práctica que es necesaria para el proceso de enseñanza-aprendizaje, sino de reconocer que la academia debe mantener su autonomía [...] Se trata de aprovechar las radios universitarias para proponer, para generar propuesta nuevas”⁹, como defende Huérfano (2001, p. 68-69), e assumir, como missão, a busca permanente por novas possibilidades do fazer pensar radiofônico. Para tanto, Sandra de Deus (2003, p. 312-313) defende, baseada em Villafãna (1997), uma “ruptura com o modelo comercial, traduzido na sua liberdade de desenhar suas propostas de caráter educativo e cultural, sem depender das leis de oferta e demanda, e de trazer conteúdos e gêneros não cobertos pelo sistema comercial”¹⁰.

Nesse processo de conquista de espaços, as rádios universitárias precisam alcançar uma parcela maior do público com sua programação e serem capazes de apresentar um produto radiofônico – que as rádios comerciais ignoram ou não têm

⁷ Por um lado, uma função muito clara de divulgação do conhecimento produzido nos centros de estudo e a garantir visibilidade dos atores da universidade, assim como um forte compromisso com a educação e a aprendizagem e, por outro lado, uma função de serviço público e um compromisso social.

⁸ “Na maioria dos casos, dominado por um saber-fazer empírico, desvinculado da reflexão teórico-conceptual”.

⁹ “Invalidar a prática necessária para o processo de ensino-aprendizagem, mas sim reconhecer que a academia deve manter sua autonomia [...] Trata-se de se aproveitar as rádios universitárias para propor, para gerar propostas novas”. (tradução livre nossa)

¹⁰ “Uma ruptura com o modelo comercial, traduzido por sua liberdade para desenhar suas propostas de caráter educativo e cultural, sem depender das leis da oferta e da procura e de trazer conteúdos e gêneros não valorizados pelo sistema comercial”. (tradução livre nossa)

interesse de ofertar – que, de fato, atenda os interesses de diferentes setores da população. Para Huérfano (2001, p. 70), as emissoras universitárias que assumem essa postura inovadora conquistam “capital cultural suficiente que los habilite en la autonomía y en la capacidad de otorgale en cuerpo visible a la radio en la esfera pública social y en el mundo académico”¹¹.

Outra entrega esperada dessas rádios educativas e universitárias é sua contribuição para a formação de recursos humanos, voltada para atuação no rádio em geral e, em particular, em emissoras do campo público. Esse é um dos desafios que mais inquieta professores e pesquisadores que identificam as rádios universitárias como um espaço privilegiado para a formação de profissionais, seja pelo exercício da prática, como laboratório de experimentação; seja como instância complementar ao ensino da teoria e das técnicas do rádio.

Para Casajús, Giorgi e Giorgi (2018, p. 84), essa “es una cuestión imprescindible en la esencia de estos medios y representa un verdadero desafío en lo vinculado a garantizar la participación estudiantil junto a la calidad y la profesionalidad”¹². A presença de estudantes no dia a dia das emissoras, atuando na produção de conteúdos e desenvolvendo produtos e experimentos a ser veiculados na programação das rádios universitárias, aliás, não pode ser vista com preconceito ou como sinônimo de falta de profissionalismo ou de comprometimento da qualidade técnica do que a rádio leva ao ar.

Para tanto, faz-se necessário que a emissora esteja aberta para receber os estudantes, não os considerando visitantes inconvenientes que querem mudar o jeito de fazer as coisas que “sempre foram feitas assim”, pois isso não significa dizer que sempre foram bem feitas, do melhor jeito e com os melhores resultados. É preciso identificar novos talentos, estimular seu potencial e ensinar mais do que a técnica em si, além de introjetar valores éticos, estéticos e morais que possam ajudar na formação de profissionais mais qualificados e capazes de pensar e fazer um novo rádio.

No caso das universidades públicas, em especial, também é preciso abrir os microfones para ouvir as vozes da sociedade e assegurar a pluralidade cultural em seus programas, por meio do debate de ideias heterogêneas e da participação dos mais

¹¹ “capital cultural suficiente que os habilite na autonomia e na capacidade de outorgar visibilidade ao rádio na esfera pública social e no mundo acadêmico”. (tradução livre nossa)

¹² “é uma questão imprescindível para a essência desses meios e representa uma enorme desafio garantir a participação estudiantil e manter a qualidade e o profissionalismo”. (tradução livre nossa)

diferentes segmentos sociais em sua programação (DEUS, 2003). Assim, também se faz necessário

pensar en diferentes públicos y, sobre todo, en éstos como grupos capaces de desarrollarse y crecer implica asumir, desde la producción de radio, el objetivo de informar, educar (más que el simplemente entretener) y asumir un sistema de radiodifusión como servicio de interes público¹³ (HUÉRFANO, 2001, p. 66).

Ao abrir-se para o espectro mais amplo da sociedade, as rádios universitárias não devem deixar desguarnecidas as vozes da própria instituição às quais se vinculam, como alerta o professor paraibano Oswaldo Travassos (*apud* MEIRELES; PINHEIRO; BARROSO, 2018, p. 135), “pois antes de tudo, uma rádio universitária é uma rádio educativa, tem essa questão institucional”. Em paralelo ao esforço de oferecer uma programação que ancore e, ao mesmo tempo, dê vazão à produção de alunos, professores, profissionais e vozes da sociedade, de forma atraente aos ouvidos do público, as rádios universitárias brasileiras precisam, a todo momento, reduzir o ruído que resiste, no ambiente interno das universidades, entre as emissoras e os departamentos e cursos.

Tratando especificamente dessa guerra fria travada entre rádios universitárias e cursos de Comunicação Social, Maluly (2013, p. 34) reconhece o quanto essa falta de entendimento tem comprometido possíveis “parcerias para viabilização de importantes atividades de ensino como a transmissão de programas de rádio produzidos por estudantes”. Para além das questões de ego - de parte a parte - temos é uma reedição, agora no âmbito das universidades, de um debate que se trava desde o surgimento das primeiras escolas de comunicação, segundo Maluly (2013, p. 35), marcado pela "divisão entre a teoria (simbolizada pela academia) e a prática (a emissora) ou a defesa da qualidade defendida pelos profissionais (radialistas e jornalistas) em detrimento de outras atividades realizadas por amadores (alunos)". Para Maluly,

ausência de projetos sólidos instituídos na própria universidade torna a situação complicada no sentido de que os projetos pedagógicos dos cursos de graduação, com exceção dos estágios, muitas vezes, não inserem as emissoras de rádios como espaços de ensino no âmbito laboratorial. Da mesma forma, as rádios universitárias são observadas como veículos

¹³ “Pensar en diferentes públicos e, sobretudo, nestes como grupos capazes de se desenvolverem e crescerem implica em assumir, na produção da radio, o objetivo de informar, educar (mais do que simplesmente entreter) e assumir um sistema de radiodifusão como um serviço de interesse público”. (tradução livre nossa)

representativos das instituições de ensino ou órgãos (in)diretamente ligadas às universidades, como as associações, em vez de se constituírem como um local propício para o experimentalismo e à formação profissional (2013, p. 35).

Diante da reconhecida importância das emissoras universitárias para a formação do profissional de Comunicação Social, bem como para o desenvolvimento de novos experimentos, novos formatos e novas linguagens, que nem sempre podem ser realizados numa emissora comercial, Spenthof (1998, p. 157) entende que uma rádio universitária "não é só um estúdio; é um veículo que, além de permitir esta produção, a transporta à sociedade, funcionando como mediadora da relação entre os produtores e o público, real, concreto. E é exatamente esta característica – a mediação com o público – que a torna um laboratório privilegiado para as faculdades". A realidade brasileira, porém, tem demonstrado que a distância real entre as emissoras universitárias e os cursos de comunicação é infinitamente maior que os poucos metros de distância que separam os estúdios da rádio do setor de aulas dos cursos de Comunicação Social, como é o caso da Rádio USP, em São Paulo, ou da 88,9 FM Universitária de Natal, entre outras.

Por fim, existe uma questão que costuma ser evitada pelos dirigentes das rádios educativas ou do chamado campo público: o desafio de conquistar audiência com sua programação. Apesar de esse não ser o objetivo principal desse tipo de emissora, a comparação com as rádios comerciais é inevitável e, talvez por isso, não deixa de ser um assunto incômodo, principalmente, pelo fato de esse critério ter sido utilizado pelos críticos da radiodifusão pública para acusar as emissoras estatais de serem caras e desnecessárias. A própria história da radiodifusão brasileira, que se desenvolveu fortemente influenciada pelo modelo comercial norte-americano, relegou a radiodifusão educativa à tutela do Estado.

Para os gestores das rádios universitárias, o pano de fundo desse debate se resume a uma equação difícil de resolver: conquistar audiência quantitativa do público com uma programação de excelente qualidade aos ouvidos da crítica. Neste sentido, Zuculoto (2012, p. 73) reconhece que “as definições e indefinições das suas naturezas, função e missão têm estado sempre, estreitamente relacionadas às suas programações” e é por meio delas, segundo Blois (2003), que uma emissora educativa se diferencia de uma rádio comercial.

Aguaded e Martin-Pena (2013, p. 64), entretanto, ponderam que “las emisoras universitarias, en general, se han postulado como radio que traspasan la frontera de lo exclusivamente instructivo y/o formativo para trascender a un carácter social e de servicio ciudadano”¹⁴. Já o pesquisador pernambucano Luiz Maranhão Filho (1996, *apud* ZUCCO; REIS, 2005, p. 5), entende que a programação de uma rádio universitária – assim como deve ocorrer com qualquer emissora – precisa estar em perfeita sintonia com a comunidade para a qual a estação transmite e sempre sustentada no tripé que sustenta a universidade: o ensino, a pesquisa e a extensão. Maranhão atribui como causa principal do fracasso das rádios universitárias, justamente, o distanciamento desses princípios.

Quem faz rádio numa universidade pública também precisa identificar e dirigir suas atenções para a sua comunidade radiofônica, formada por professores, alunos, servidores da universidade e seus familiares, o entorno geográfico da instituição e os ouvintes habituais da emissora (DIDO e BARBERIS, 2006). Ao mesmo tempo, as rádios universitárias devem servir, sempre, de canal para a expressão da sociedade que, em última instância, financia-lhe o funcionamento de forma compulsória, com o pagamento. Produzir conhecimento e o compartilhar com a sociedade é missão de toda universidade e essa missão precisa ser reproduzida, em todos os seus aspectos, pelas emissoras vinculadas a essas instituições.

Em busca do futuro

Durante a trajetória das rádios universitárias no Brasil, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 1990, aponta Zuculoto (2012), muitas emissoras tentaram romper o isolamento e a falta de recursos estabelecendo parcerias com outras emissoras do mesmo campo, como em 1994, quando a Rádio MEC do Rio de Janeiro defendeu a necessidade de revitalização da Rede Nacional de Radiodifusão Educativa (SINRED), que vivera uma fase de ouro na década de 1970 e caíra no ostracismo.

Essa iniciativa acabou fracassando porque, durante os debates, parte das emissoras presentes, que defendia a criação de um modelo horizontalizado de gestão, com a troca de conteúdos entre todos os membros da rede, não aceitou a proposta de ter como cabeça de rede a Rádio MEC, a emissora educativa mais antiga em operação no

¹⁴ “As emissoras universitárias, geralmente, se colocam como ultrapassam a fronteira do exclusivamente instrutivo e/ou formativo para assumir um caráter social de serviço cidadão” (tradução livre nossa)

país, nem a reedição do modelo consagrado pelo SINRED, de via de mão única (ZUCULOTO, 2012). Apesar disso, esse primeiro encontro não foi de todo em vão: representantes de algumas emissoras universitárias reuniram-se novamente, meses depois, para discutir as bases para a criação de um modelo de atuação conjunta, sustentado no princípio da produção horizontalizada e do compartilhamento de conteúdo em cadeia, “com todos não só retransmitindo, mas também participando da produção e veiculação” (ZUCULOTO, 2012, p. 170). A viabilização dessa proposta andou mais rápido e a Rede Universitária de Rádios começou a funcionar durante a cobertura conjunta das reuniões anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que compartilhou o conteúdo produzido, até no ano 2000, durante seis edições do evento com emissoras do campo público e emissoras comerciais.

O debate nacional em torno da organização das emissoras do autodenominado campo público, cuja qualificação começa a ser utilizada por algumas emissoras estatais a partir da década de 2000, resultou na criação de uma nova articulação nacional das emissoras não comerciais. Assim nasceu a Associação das Rádios Públicas do Brasil (ARPUB), em 2004, com o objetivo de “juntar esforços, otimizar recursos, definir estratégias comuns de atuação, na defesa da comunicação pública no país”, expostos em uma Carta de Princípios¹⁵.

Nessa nova conformação associativa, reconhecem Kischinhevsky, Mustafá, Matos e Hang (2018, p. 162), “claramente as rádios universitárias estavam sub-representadas na entidade desde o início, o que denota a prevalência das rádios públicas federais de referência, como a Rádio MEC e a antiga Radiobrás, primeiras na lista de signatárias da fundação”. Com a ascensão de partidos de esquerda ao poder, houve uma aproximação entre os interesses da ARPUB e os dos novos dirigentes da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), estatal detentora das concessões de emissoras de rádio operadas pelo Governo Federal, muitos deles fundadores da associação.

Durante o governo de Dilma Roussef, a política de concessões de emissoras de rádio mudou radicalmente em relação à radiodifusão pública, sobretudo a universitária. Esse sistema foi beneficiado com a publicação de quatro portarias normativas, entre 2011 e 2015, favorecendo a concessão de 59 outorgas a universidades públicas e a institutos federais de educação, ciência e tecnologia (IFETs), ou suas fundações de

¹⁵ Disponível em: <https://arpub.wordpress.com/arpub/carta-de-principios/>. O site da ARPUB deixou de ser atualizado em setembro de 2008. Acesso em: 8 set. 2018.

apoio, embora nem todas tenham sido implantadas (PIERANTI, 2016 *apud* KISCHINHEVSKY et all, 2018).

Um novo esforço de aproximação das emissoras universitárias em nível nacional começou a ser empreendido, sob a liderança dos professores e gestores de emissoras do chamado campo público, Marcelo Kischinhevsky (ÁudioLab UERJ), Márcio Fernandes (Rádio Entre Rios/Unicentro), Olga Tavares (Rádio Porto do Capim/UFPB) e Zeca Marques (Rádio UNESP), durante o Congresso da Intercom de 2017, realizado em Curitiba. O grupo visava à criação de Rede de Rádios Universitárias do Brasil (RRUBRA), reunindo emissoras ligadas a instituições de ensino superior, públicas ou privadas, que operam em AM, FM, *webrádios* e núcleos de produção laboratorial radiofônica e pesquisadores de mídia sonora de várias universidades brasileiras.

Com a destituição do governo da presidente Dilma, em 2016, entretanto, todas as propostas que avançavam no caminho da democratização da radiodifusão e da própria comunicação pública brasileira sofreram um duro golpe. Atualmente, o governo de Jair Bolsonaro empreende uma guerra santa contra a Empresa Brasileira de Comunicação, fato que preocupa por ser a EBC a maior parceira das emissoras universitárias brasileiras.

Na contramão dessa realidade, um movimento vem mobilizando professores, pesquisadores e profissionais de universidades públicas e privadas de todo o país em torno da consolidação de um novo modelo de radiodifusão. Nessa perspectiva, ele seria orientado para a difusão do conhecimento produzido pela academia, a construção de espaços midiáticos para o exercício da cidadania e a promoção de valores caros à sociedade, como a pluralidade e o respeito ao interesse público, constituindo-se “como um instrumento de fomento à cidadania, democracia, acesso à informação, diversidade e pluralidade” (PINHEIRO, 2016, p. 403).

A própria legislação que regulamentou o rádio educativo no Brasil, ainda em vigor desde o início do século passado, veda a inserção de mensagens de apelo comercial, como a venda de produtos e a citação de preços e condições de pagamento, como o fazem as emissoras comerciais. Essa dependência de verbas públicas, aliada às tiranias da burocracia, uma das marcas negativas do aparelho estatal, vem comprometendo o funcionamento das emissoras do chamado campo público, em especial, das rádios universitárias.

O ciclo vicioso criado por essa fragilidade e a própria falta de relevância nas estratégias de comunicação das instituições às quais essas emissoras estão vinculadas têm levado muitas dessas emissoras a ver, cada vez mais comprometida, a sua atuação como veículo de comunicação que pode cumprir um papel bastante relevante no relacionamento da universidade com sua comunidade interna e, principalmente, com a sociedade que lhe custeia o funcionamento.

Mesmo que não haja qualquer documento legal que ateste sua existência, a radiodifusão universitária existe de fato e tem evoluído bastante nos últimos anos, embora sua presença na cena radiofônica brasileira ainda seja discreta. Mesmo assim, observa-se um movimento, por parte das rádios universitárias no sentido de filiar-se ao grupo de emissoras estatais autoproclamadas públicas, apesar de seus vínculos institucionais e legais com o Estado.

Nesse processo, essas emissoras advogam para si o direito de servir, antes e acima de tudo, ao interesse público e não aos interesses comerciais ou político-eleitorais dos governantes de plantão. Ao assumirem essa nova condição, essas emissoras tentam desvencilhar-se da pecha de “rádio chapa branca”, que acompanha toda iniciativa de comunicação empreendida pelo governo, tentando posicionar-se na quarta via, idealizada pelo artigo 223 da Constituição, como rádios públicas, que deveriam atuar de forma complementar ao modelo estatal-educativo, contrapondo-se ao modelo hegemônico de exploração privada da radiodifusão mas, pelo menos por enquanto, a ideia da radiodifusão pública no Brasil não passa de um projeto ainda em fase de rascunhos, que sobrevive muito mais das intenções manifestas de entusiastas desse modelo do que das condições reais.

Vinheta de encerramento

Pelo menos, por enquanto, um rádio controlado pela sociedade ainda representa uma clara afronta ao histórico do meio, que desde sua gênese está sob o controle de grupos econômicos e políticos, que já ditavam suas regras para esse negócio antes mesmo de ele existir. E se a ideia da complementaridade aos modelos estatal e privado pela radiodifusão pública, sugerido pela Constituição de 1988, até o momento, não passa de um sonho, mesmo que sonhado coletivamente por alguns entusiastas desse modelo.

Nesse esforço conjugado de pensadores da teoria e da prática em favor desse novo rádio, cuja missão ainda é uma construção, já existe algum consenso sobre o papel das rádios universitárias servirem de canal de comunicação entre a universidade e a sociedade. A esse respeito, o professor e pesquisador Eduardo Vicente (*apud* MALULY 2013, p. 43-44) ressalta que: “particularmente importante no caso do Brasil, onde o papel da universidade pública tem sido bastante questionado pela sociedade”, essas emissoras devem atuar como “um espaço de experimentação para os estudantes no desenvolvimento de programas radiofônicos que explorem mais radicalmente os recursos da linguagem e os formatos do veículo”.

A ideia de transformar as rádios universitárias em espaço formativo de futuros profissionais, sem as deformações do rádio comercial, ou de servir de laboratório para experimentação, não apenas para o campo da Comunicação Social, como defendem muitos pesquisadores, desagrada profissionais e gestores das rádios universitárias.

Num ponto, porém, todos concordam: as rádios universitárias precisam ir além dos muros da universidade e dialogar com a sociedade. A postura assumida por muitas rádios do campo público, em especial, as universitárias, de completa desconexão com o público a quem deveriam servir e com quem deveriam interagir, tem se tornado uma marca muito forte da atuação desse tipo de emissora.

O resultado dessa postura é a existência de emissoras ameaçadas pelo descaso e pelo descrédito tanto no ambiente interno, por parte da comunidade universitária e da administração das instituições às quais estão vinculadas, quanto no ambiente externo, formado pela sociedade que essas rádios deveriam informar e levar conhecimento sobre temas importantes da ciência e da cultura produzidos na universidade.

REFERÊNCIAS

AGUADED, Ignacio e MARTÍN PENA, Daniel. **Educomunicación y radios universitárias**: panorama internacional y perspectivas futuras. Chasqui, 124. Dezembro, 2013. Disponível em <https://revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/20/30> Acesso: 15 jan 2019.

BLOIS, Marlene. Rádio Educativo no Brasil: uma história em construção. *In*: HAUSSEN, Dóris; CUNHA, Magda (org.). **Rádio brasileiro**: episódios e personagens. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. p. 35-48.

BRASIL. **Constituição Federal**. 1988. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 8 set. 2018.

CASAJÚS, Lucía; GIORGI, Mario-Roberto; GIORGI, Noelia. Radio universitaria en Argentina. El caso de la emisora de la Universidad Nacional de Avellaneda. **Revista Mediterránea de Comunicación/Mediterranean Journal of Communication**, v. 9, n. 1, p. 81-96, 2018. Disponível em: <https://www.doi.org/10.14198/MEDCOM2018.9.1.5>. Acesso em: 10 jan. 2019.

CONTRERAS-PULIDO, P. y AGUADED, I. Radios universitarias en la encrucijada. El caso de la regulación en Andalucía. **Revista Mediterránea de Comunicación/Mediterranean Journal of Communication**, 9(1), p.69-79, 2018. <https://www.doi.org/10.14198/MEDCOM2018.9.1.4>. Acesso em: 10 jan. 2019.

DEUS, Sandra. Rádios universitárias públicas: compromisso com a sociedade e com a informação. **Em Questão**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 308-319, 2003.

DIDO, Juan Carlos; BARBERIS, Sergio. **Rádios universitarias: principios, funciones, objetivos**. San Justo: Universidad Nacional de la Matanza, 2006

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio: o veículo, a história e a técnica**. Porto Alegre: Sagra-Luzatto, 2000.

HUÉRFANO, Eliana del Rosario Herrera. Apuntes para pensar la producción radial desde la academia. **Signo y pensamiento**, Universidad Javeriana, Departamento de Comunicación, v. 20, n. 38, p. 64-71, 2001.

KISCHINHEVSKY, M.; MUSTAFÁ, I., PERANTI, O. e HANG, L. Rádios universitárias no Brasil: um campo em construção. **Revista latinoamericana de ciencias de la comunicación**. São Paulo. V. 5, n. 29, 2018. (p. 132-142). ALAIC disponível em <https://www.alaic.org/revista/index.php/alaic/article/view/1315/572> Acesso em 20/06/2019.

KISCHINHEVSKY, Marcelo; MUSTAFÁ, Izani; MATOS, Cristiana Martins de; HANG, Lorena. Por uma historiografia do rádio universitário no Brasil. **Revista Brasileira de História da Mídia**, ALCAR. v. 7, n. 2, p. 151-168, jul./dez., 2018. Disponível em <https://doi.org/10.26664/issn.2238-5126.7220186200>. Acesso em: 20 jan. 2019.

MALULY, Luciano. **O ensino de radiojornalismo: experiências luso-brasileiras**. São Paulo: ECA/USP, 2013.

MARTA-LAZO, Carmen; PENA, Daniel Martin. Investigación sobre radio universitaria: Presente, pasado y futuro. **Revista de Educación Mediática y TIC - edmetic**, Córdoba, UCO Press Editorial Universidad de Córdoba, p. 8-25, 2014. Disponível em: <http://www.uco.es/servicios/ucopress/ojs/index.php/edmetic/article/view/2877>. Acesso em: 2 ago. 2018.

MARTIN-PENA, Daniel; PAREJO CUÉLLAR, Macarena; VIVAS MORENO, Augustin. **La radio universitaria: gestión de la información, análisis y modelos de organización**. Barcelona: Gedisa, 2016.

MEIRELES, Norma; PINHEIRO, Elton Bruno; BARROSO, Livia Moreira. **Rádio: estudos contemporâneos**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2018.

PINHEIRO, Elton Bruno Barbosa. Serviço de Radiodifusão Pública no Brasil: considerações sobre suas condições de origem e perspectivas. **Revista Rádio-Leituras**, Mariana, v. 7, n. 1, p. 35-59, jan./jun. 2015. Disponível em: www.periodicos.ufop.br/pp/index.php/radio-leituras/article/view/173. Acesso em: 23 jan. 2018.

SPENTHOF, Edson Luiz. A importância das rádios e TVs universitárias como laboratórios. **Comunicação & Informação**, Goiânia, UFG, v. 1, n. 1, p. 153-166, jan./jun. 1998. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/1637/1/22755-96132-1-PB.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

ZUCCO, Fabrícia Durieux; REIS, Clóvis. A presença do meio rádio junto aos estudantes do Ensino Médio e as possibilidades de desenvolvimento de uma programação com finalidade educativa. Estudo de caso: Furb FM. Trabalho apresentado ao NP 06 – Rádio e Mídia Sonora, do IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., de 5 a 9 de setembro de 2005, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/118327607354318611832709014440590741866.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2018.

ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer. **A programação de rádios públicas brasileiras**. Florianópolis: Insular, 2012.